



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/2012



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PERNAMBUCO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Recife, 23/03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

CGU- Controladoria Geral da União

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

UO – Unidade Orçamentária

DEC. – Decreto

FUNAPOL- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal

CPGF- Cartão de Pagamento do Governo Federal

DNOCS- Departamento Nacional de Obras contra as Secas

REF- Registro Eletrônico de Frequência

SELOG- Setor de Administração e Logística Policial

NEOF- Núcleo Orçamentário Financeiro

Sumário

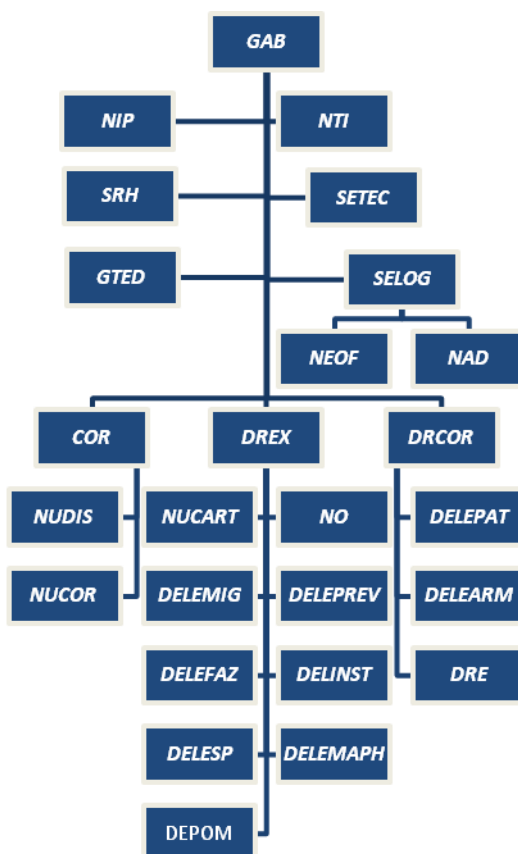
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	6
APRESENTAÇÃO	7
QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 123/2011 PERTINENTES A UJ	11
ITEM 1 – INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UJ	11
QUADRO A.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
ITEM 2 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	12
2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	12
2.1.1) Competência institucional.....	12
2.1.2) – Objetivos Estratégicos.....	13
2.2 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	13
2.2.1) Análise plano estratégico da unidade.....	13
2.2.2) Análise do plano de ação.....	14
QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	16
QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	19
QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	20
QUADRO A.2.4 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	21
QUADRO A.2.5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS UJ 200398	23
QUADRO A.2.6 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS UJ 200399	24
QUADRO A.2.7 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA- DESTAQUES RECEBIDOS	25
QUADRO A.2.8 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA – DESTAQUES RECEBIDOS ...	26
QUADRO A.2.9 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	28
QUADRO A.2.10 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	29
QUADRO A.2.11 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	30
ITEM 3 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31
QUADRO A.3.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31
QUADRO A.3.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31
ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	33
QUADRO A.4.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 ...	33
QUADRO A.4.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011	33
QUADRO A.4.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	34
QUADRO A.4.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	34
QUADRO A.4.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	34
QUADRO A.4.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	35

QUADRO A.4.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	36
QUADRO A.4.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	36
QUADRO A.4.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	37
QUADRO A.4.10 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	38
QUADRO A.4.11 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	39
QUADRO A.4.12 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	40
TEM 5 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	41
QUADRO A.5.1 - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV.....	41
ITEM 6 - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730.....	42
QUADRO A.6.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	42
ITEM 7 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	43
QUADRO A.7.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	43
ITEM 8 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	45
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	45
ITEM 9 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	47
QUADRO A.9.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	47
QUADRO A.9.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	47
QUADRO A.9.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	48
ITEM 10 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	49
QUADRO A.10.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	49
ITEM 11 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	51
QUADRO A.11.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	51
QUADRO A.11.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	51
ITEM 12 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	52
QUADRO B.12 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	52

Organograma Funcional

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por duas (02) Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Caruaru e Salgueiro.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/PE é o seguinte:



Apresentação

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco no ano de 2011, de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 123/2011, das Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e nº 117/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados nas Decisões Normativas TCU nº 108/2010, 117/2011, Portaria TCU nº 123/2011 e orientações da Controladoria Geral da União - CGU.

Informo que alguns itens da Portaria TCU nº 123/2011 não foram apresentados por não se aplicarem à esta UJ, por não terem tido ocorrência no exercício ora sob análise ou por serem dados disponibilizados por nosso órgão central, quais sejam:

Item 3 da parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.;

Item 6 da parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 – Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência;

Item 14 da parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 – Informações sobre Renúncia Tributária;

Item 15 da parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento;

Item 16 da parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Os quadros referentes à terceirização de mão de obra, constantes da Portaria TCU nº 123 como Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada, Quadro A.5.10, Quadro A.5.11 não foram preenchidos por não se aplicar a esta unidade.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco (com sucinta descrição de atividades):

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP – Responsável por investigações sensíveis e altamente sigilosas, entre outras;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI – Responsável pelas áreas relacionadas à informática, contemplando desenvolvimento e manutenção de softwares, manutenção de hardwares e gestão de telecomunicações etc;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH – Responsável pela gestão de recursos humanos de todos os servidores, incluindo servidores ativos, inativos, extra-quadro, estagiários e pensionistas entre outras;

- d) Setor Técnico-Científico – SETEC – Responsável por estudos e confecções das perícias em diversas áreas;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG – Responsável pela administração da unidade incluindo manutenção de viaturas, protocolo, almoxarifado, gestão de contratos, gestão orçamentária e financeira entre outras;
1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF – Responsável pelo gerenciamento e execução de pagamentos diversos da unidade incluindo cartões de pagamento do Governo Federal, fornecedores, diárias etc;
 2. Núcleo Administrativo – NAD – Responsável pela administração e execução de atividades de apoio como compra de passagens, administração de materiais de consumo, bens, combustíveis etc;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX – Responsável pela administração e gerenciamento da maioria das delegacias de polícia administrativa e outros órgãos da SR/DPF/PE:
1. Núcleo de Cartório – NUCART – Responsável pela administração e execução das atividades cartorárias relacionadas a inquéritos, materiais apreendidos, entre outras;
 2. Núcleo de Operações – NO – Responsável pela administração de Agentes de Polícia Federal;
 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG – Responsável pela emissão de passaportes, controles de entradas e saídas de nacionais e estrangeiros no território nacional, registros de estrangeiros etc;
 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV – Responsável pela apuração de crimes contra a previdência social;
 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ – Responsável pela apuração de crimes fazendários e de outras diversas áreas não contempladas pelas demais delegacias;
 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST – Responsável segurança institucional, de dignitários, por ocorrências com policiais em exercício da atividade etc;
 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP – Responsável pela administração do controle da segurança de instituições bancárias e de segurança patrimonial privada, inclusive seus veículos de transporte de valores entre outras;
 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH – Responsável pela apuração de crimes ambientais e contra patrimônio histórico;
 9. Delegacia de Polícia Marítima - DEPOM – Responsável pelo policiamento marítimo e portuário desta unidade;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR - Responsável pela administração e gerenciamento das delegacias de polícia judiciária e outros órgãos da SR/DPF/PE:
1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT– Responsável pela apuração de crimes contra instituições bancárias, roubos de cargas e outras;
 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM– Responsável pela apuração de crimes relacionados a tráfico de armas, emissão de portes e registros de armas de fogo, gerenciamento de campanhas de desarmamento etc;
 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE– Responsável pela apuração e repressão ao tráfico de drogas intra e internacional;
- i) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR– Responsável pela administração dos núcleos componentes;
1. Núcleo de Disciplina – NUDIS– Responsável pela apuração de sindicâncias e processos administrativos contra servidores desta unidade; e
 2. Núcleo de Correições – NUCOR– Responsável pela administração e acompanhamento do andamento das apurações e inquéritos desta unidade.

As principais atuações da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco são determinadas por características do estado como sua posição geográfica, as atividades econômicas desempenhadas, o fluxo de pessoas e bens, sua malha viária e a distribuição de riquezas e desigualdades dentro do estado. Por sua posição geográfica e disposições históricas, o estado atua

como um centralizador econômico no Nordeste. Num raio de 300 km do Recife, vivem doze milhões de pessoas, 54,7 bilhões de reais de PIB, mais da metade dos centros de pesquisa da Nordeste, quatro grandes portos e dois aeroportos internacionais. Ao estender o raio para 800 km, se concentra 90% do PIB de toda a região Nordeste. Isso se deve principalmente à posição central do estado e da região metropolitana do Recife em relação ao Nordeste e da proximidade da cidade do Recife de outras capitais de estado como João Pessoa e Maceió, além de importantes centros urbanos interioranos como Campina Grande, Caruaru, Garanhuns, Arapiraca e Petrolina. A principal forma de transporte do estado são rodovias. As mais importantes são a BR-101, que, avançando pela costa pernambucana, liga o norte ao sul do estado e a BR-232, ligando a capital ao interior do estado, no sentido leste-oeste. O estado tem dois aeroportos internacionais. O Aeroporto Internacional do Recife - Gilberto Freyre é o maior aeroporto do Norte-Nordeste, com uma pista de 3305 m e capacidade para 5 milhões de passageiros ao ano. O Aeroporto de Petrolina possui a segunda maior pista de pouso do Nordeste e o seu principal emprego é no transporte da produção de frutas do Vale do São Francisco para o exterior. Pernambuco apresenta dois portos marítimos: o de Suape, segundo maior do Brasil, localizado no município de Ipojuca, e o do Recife. Faz divisa com Paraíba e Ceará ao norte, Alagoas e Bahia ao sul, Piauí ao oeste e o oceano Atlântico ao leste. Tem 187 km de costa, excluindo a costa do arquipélago de Fernando de Noronha. O arquipélago é visitado por turistas do Brasil e do mundo. Mais da metade do estado é localizado no Sertão, exclusivamente no oeste do estado.

Desta forma esta Superintendência Regional tem concentrado seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crimes contra o patrimônio, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais. No sertão pernambucano têm-se intensificado o combate ao cultivo de plantas psicotrópicas, mais notadamente a *cannabis sativa* (maconha) e crack, com operações de erradicação da planta no denominado “polígono da maconha”.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial (IPL) é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

As diversas delegacias que compõem esta SR/DPF/PE obtiveram em 2011, em termos resumidos, os seguintes resultados:

- Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ: instauração de 523 e conclusão de 611 IPL, resultando no indiciamento de 343 pessoas. Foram cumpridos 1430 mandados de intimação e 30 mandados de busca e apreensão;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH: 02 prisões em flagrante delito, por crime contra o patrimônio histórico ocorrido em sítio histórico tombado no município de Goiana (9PE); apreensão de 1014 aves entre animais exóticos e silvestres; cumprimento de mandados de busca e apreensão com recuperação de 13 peças de grande valor histórico extraídas de sítio arqueológico subaquático;
- Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV: instauração de 129 e conclusão de 123 IPL; foram deflagradas duas Operações Policiais que resultaram no cumprimento de 02 mandados de prisão, de 06 mandados de busca e apreensão e na identificação de 248 benefícios previdenciários irregulares, além do cumprimento de 765 mandados de intimação;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT: realizou 07 operações que resultaram na desarticulação de vários grupos criminosos, na prisão de 32 pessoas e no cumprimento de 4 mandados de prisão;

- Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE: Instaurou 50 e concluiu 35 IPL; apreendeu 887 kg de cocaína, 327 kg de maconha, 5,16 kg de crack e 263 kg de pasta base; realizou as prisões de 46 nacionais e 8 estrangeiros e apreendeu 25 veículos;
- Delegacia de Defesa Institucional – DELINST: Instaurou 182 e concluiu 130 IPL, cumpriu 05 mandados de busca e apreensão, resultando no indiciamento de 48 pessoas, e realizou 26 operações de segurança de dignitários;
- Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG: expediu 48.240 passaportes comuns, 141 passaporte de emergência e 12 laissez passer; instaurou 23 Inquéritos de Expulsão e expulsou 02 estrangeiros; realizou 465 autos de infração;
- Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM: expediu os registros de 4282 armas; expediu 04 portes de armas para defesa pessoal e enviou ao Exército Brasileiro para destruição 763 armas;
- Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP: Vistoria de, aproximadamente, 400 estabelecimentos bancários; expedições de 112 pareceres, de 325 notificações e 729 guias de tráfego e lavratura de 113 Autos de Constatação de Infrações.

QUADROS DA PORTARIA TCU nº 123/2011 PERTINENTES A UJ

ITEM 1 - Informações de identificação da UJ

Quadro A.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco			
Denominação abreviada:SR/DPF/PE			
Código SIORG: 001219		Código LOA: N/A	Código SIAFI: 200092
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(081) 2137-4007	(081)2137-4027	(081) 21374002
E-mail: gab.srpe@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321, Bairro do Recife, CEP 50.030-250, Recife-PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Dec. 56.510, de 28/06/65, DOU. 138, de 22/07/65. - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 24/05/76 - Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72 			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. - Portaria. 527/64, BS. 245, de 24/12/64 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200092	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200398	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)		
200399	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
200092	200398		
200092	200399		

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, integrando, portanto, da administração direta do Governo Federal.

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas como unidades gestoras, como a Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

Suas atribuições estão previstas no art. 144, §1º, inciso I da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”*

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe ainda à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Pernambuco exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2) – Objetivos Estratégicos

A exemplo de anos anteriores, em 2011 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”*

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Pernambuco atuou mais notadamente no combate aos crimes de tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio e ao meio ambiente, crimes previdenciários. Também, foi objetivo na SR neste exercício a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes através da contratação de terceirizados para execução da emissão destes serviços, no controle de armas e missão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.

Como forma de melhorar a atuação da Polícia Federal no sertão pernambucano envidamos esforços em reformar a sede da Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro que fora adquirida de uma empresa de telefonia e carecia de outras adequações estruturais para o pleno atendimento às necessidades operacionais de uma unidade policial, visando melhorar o combate aos crimes praticados na região especialmente no que se refere ao tráfico de drogas realizados no denominado “polígono da maconha” e ao crimes previdenciários.

Como objetivo estratégico geral, enfatizamos o combate ao tráfico de drogas, a assalto a bancos e contra o meio-ambiente e patrimônio histórico.

2.2 – Estratégia de Atuação

2.2.1) Análise plano estratégico da unidade.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Pernambuco atuou mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, bem como no fortalecimento das ações de repressão dos crimes contra o patrimônio, em especial prendendo e desmantelando assaltantes de banco e de correios.

Outro importante avanço a modernização do Setor Técnico-Científico (SETEC) desta Regional, com o recebimento de novos equipamentos e a inauguração de lotação de peritos no interior do Estado, no caso a Delegacia de Salgueiro, com novas instalações.

Em 2011, mais uma vez, tivemos redução em nossa cota orçamentária. Com isso tivemos várias dificuldades em pagar em dia nossos fornecedores como também em implementar melhorias físicas para a superintendência e delegacias descentralizadas.

Temos limitações físicas e de pessoal. O prédio onde está instalada a Superintendência tem mais de 30 de anos de construído e atualmente temos uma grande deficiência de pessoal em todas as áreas, o que tem causado dificuldades para realizar serviços administrativos e policiais.

2.2.2) Análise do plano de ação

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Dentre as alternativas pode-se destacar a melhoria na comunicação entre as chefias e destas com seus subordinados.

Não olvidando a importância desta Regional no combate ao tráfico de drogas, principalmente por ser um dos principais destinatários finais de drogas como o crack e porta de saída para a Europa e para a África entenderam-se que também seria necessário melhorar a atuação desta Regional no Combate à Corrupção e aos crimes contra o Meio Ambiente.

Por ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, foram reforçadas algumas áreas, como a Inteligência e Contra-inteligência, Imigração, Gerenciamento de crises (com servidores sendo capacitados nos cursos do COT) e fortalecimento do Grupo de Pronto Intervenção (GPI), para atuar em situações de risco diferenciadas, com doutrina difundida pelo COT/DIREX.

Tratando-se de um dos Estados do Nordeste onde é encontrada uma grande área de plantação e cultivo de maconha, com frequência, as operações policiais de erradicação têm sido uma constância, o que tem surtido efeito com a diminuição de áreas plantadas, bem como têm sido encontradas plantações com mudas de maconhas ainda novas/pequenas, o que reflete que os traficantes não têm tido tempo de desenvolver as respectivas culturas no tempo esperado, causando-lhes prejuízos. Ademais, com a transposição do Rio São Francisco, muitos plantadores deixaram de realizar cultivos de maconha, para obter colocação/emprego efetivo.

Outra estratégia implantada e que merece destaque é a atuação da área de inteligência e análise. Foram programadas reuniões para padronizar a atuação dessas áreas bem como unir todo o efetivo em um mesmo espaço através da implementação e reestruturação dos núcleos de inteligência com a instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal.

Rádio-comunicação:

- Ampliação do sistema TETRAPOL na região metropolitana do Recife, com treinamento e distribuição de rádios aos servidores.

Ampliação e fortalecimento de diversos sistemas de apoio:

- Sistema para geração automática de escalas de sobreaviso.
- Sistema de controle de visitantes.
- Sistema de controle de materiais e emissão de cautelas.

- SISGRP, Siscart Relatórios, Sistema de Correspondências etc.

Foram desenvolvidas ações de normatização das atribuições dos vários setores do Setor de Administração e Logística Policial. Em parceria com a COF/DLOG foram desenvolvidos os manuais de funções e atribuições do Núcleo Orçamentário e Financeiro. Os manuais servem para disseminar os conhecimentos dos servidores com todos que fazem parte da administração pública.

Foi apresentado na Prefeitura da Cidade do Recife o projeto da nova sede da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco, onde o estudo mostrou-se viável tecnicamente. Elaboramos e enviamos para o Órgão Central o Relatório Anual de Inspeção Física das Unidades em Pernambuco.

Entendemos que o plano de ação desta Regional foi aplicado de forma eficiente face aos objetivos delineados e as restrições impostas.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0662					
Denominação	Prevenção e Repressão à Criminalidade					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.					
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União					
Gerente						
Público Alvo	Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
*	*	2.726.471,89	2.585.350,80	141.121,09	2.585,350,80	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	70,00	90,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Conforme informação da COGER o índice alcançado no período foi superior ao previsto, porém se olharmos o índice abaixo de taxa de conclusão, veremos que foi realizado um grande esforço em concluir vários inquéritos pendentes, alcançando o índice de 120%, onde a meta era de 80%.						
Ordem	Indicador (Unidade	Referência		Índice	Índice	

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal	31/12/2006	63,60	80,00	80,00	120,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
O esforço realizado por toda a equipe que compõe a Polícia Federal resultou em alcançarmos uma índice de conclusão de inquérito muito acima da meta. Isso se deu pela especialização das Delegacias e o apoio de áreas como a Perícia em concluir os laudos para que fossem remetidos os inquéritos pendentes de conclusão.						

Código no PPA	1353					
Denominação	Modernização da Polícia Federal					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.					
Objetivos Específicos	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal					
Gerente						
Público Alvo	Departamento de Polícia Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
*	*	1.146.751,00	50.590,00	1.096.161,66	50.590,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
---	---	----	----	----	----	----

Fórmula de Cálculo do Índice

Análise do Resultado Alcançado
O programa se refere a modernização da Polícia Federal. No final do exercício foram repassados créditos orçamentários que resultaram em licitações. Com isso foram liquidadas apenas uma parte das despesas empenhadas, devendo, contudo, serem totalmente liquidadas em 2012.

*Os dados relativos às dotações iniciais e finais compõem o RGF do órgão central, tendo em vista que estes valores estão previstos na LOA.

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

UJ 200398						
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Meta Financeira Realizada (Valores pagos em R\$)
09	272	0089	0181	A	3	30.524,23
14	122	0750	2000	A	3	6.186.275,07

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA, LOA-2011

UJ 200399						
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Meta Financeira Realizada (Valores pagos em R\$)
06	181	0662	2586	A	3	0,00
06	125	0662	2679	A	3	527.432,76
06	183	0662	2720	A	3	176.940,57
06	181	0662	2726	A	3	1.880.977,47
14	122	0750	2000	A	3	9.070,33
06	181	1353	8979	P	3	50.590,00
06	181	1353	8980	P	3	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2008-2011, LOA-2011

A SR/DPF/PE atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas.

Conforme a Portaria nº 123-TCU de 12 de maio de 2011, o quadro acima deve conter as ações orçamentárias previstas para o Órgão constantes da LOA. As ações 12OM e 8375 embora tenham sido executadas pela UJ, são constantes das ações previstas ao Ministério da Justiça. Houve destaques orçamentários para a SRPE no exercício de 2011, conforme verificamos no Quadro A.2.4, referente às movimentações de crédito recebidos de outros órgãos.

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Federal	30108	200398
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200399

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

Quadro A.2.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200398	0612207502000	11.879,08		
			0927200890181	30.524,23		
			05811018120CI			44.210,66
			0612207502000			6.628.751,19
			06181112712OM			11.380,00
			0642214538375			30.000,00
	Recebidos	200399	0612207502000			9.070,33
	0612506622679				592.428,17	
	0618106622726				1.909.548,10	
	0618306622720				165.765,22	
Movimentação Externa	Concedidos	-				
	Recebidos	-				
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação	Recebidos	200398	0612207502000	561.209,04		

Interna		200399	0612506622679	39.237,16			
	Recebidos			0618106622586	12.840,00		
				0618113538979	468.950,16		
				0618113538980	677.801,50		
				0618306622720	11.175,35		
				1442206658236	44.080,00		
Movimentação Externa	Concedidos	-					
	Recebidos	-					

Fonte: SIAFI Gerencial WEB

A SR/DPF/PE somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho.

As movimentações de crédito recebidas serviram de base para o desempenho de várias atividades no âmbito da unidade gestora. Podemos destacar algumas Ações como a 12OM, que trata das ações preventivas de segurança pública para a copa do mundo de 2014, onde servidores participaram de simpósio sobre identificação de vítimas de desastres aéreos.

A campanha Nacional de desarmamento teve a adesão maciça dos residentes no Estado de Pernambuco, tendo sido entregue aproximadamente 250 (duzentas e cinquenta) armas. Nas unidades da Polícia Federal.

Os investimentos em obras realizados foram para a reforma da Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro e melhoria e reforma das estruturas físicas da Superintendência, tendo como objetivo melhorar os serviços prestados à população.

Houve aquisições de bens de informática e novas centrais telefônicas. Com isso melhoramos as condições de trabalho dos servidores e conseguimos ter economias na ordem de 50 % nos custos com telefonia, integrando as unidades da Polícia Federal que dispõem de tecnologia de chamadas telefônicas por dados, eliminando os valores pagos com custos de longa distância (DDD).

Quadro A.2.5 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos UJ 200398

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	3.476.255,89	2.698.977,39	3.476.255,89	2.667.537,92
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	3.476.255,89	2.698.977,39	3.476.255,89	2.667.537,92
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	1.523.072,51	1.329.833,49	1.523.072,51	1.329.833,49
Dispensa	1.286.838,19	1.181.523,28	1.286.838,19	1.181.523,28
Inexigibilidade	236.234,32	148.310,21	236.234,32	148.310,21
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	140.834,92	-	140.834,92	-
Pagamento em Folha (1)				
Diárias	140.834,92	453.581,74	140.834,92	453.581,74
Outros	1.252.655,11	1.961.412,66	1.252.655,11	1.959.412,66
Totais	6.392.818,92	6.443.805,28	6.392.818,92	6.410.365,81

Fonte: SIAFI Gerencial web

(1) O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.6 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos UJ 200399

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	43.093,48	99.070,34	43.093,48	99.070,34
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	43.093,48	99.070,34	43.093,48	99.070,34
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	50.590,00	8.537,82	50.590,00	8.537,82
Dispensa	50.590,00	8.537,82	50.590,00	8.537,82
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	471.151,30	661.501,32	471.151,30	661.501,32
Suprimento de Fundos	471.151,30	661.501,32	471.151,30	661.501,32
Pagamento de Pessoal	1.921.289,04	2.992.728,57	1.921.289,04	2.992.728,57
Pagamento em Folha (2)				
Diárias	1.921.289,04	2.992.728,57	1.921.289,04	2.992.728,57
Outros	2.080.176,35	3.117.550,36	2.080.176,35	3.116.989,59
Totais	4.566.300,17	6.879.388,41	4.566.300,17	6.878.827,64

Fonte: SIAFI Gerencial web

(2) O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Dado que merece referência é a significativa redução da liquidação e pagamento das diárias, advinda da otimização dos planejamentos operacionais, que viabilizaram a manutenção da qualidade do serviço da Polícia Federal com importante redução nessa rubrica.

Quadro A.2.7 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação externa- Destaques recebidos

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
EXERCÍCIOS								
1 – Despesas de Pessoal*	42.403,31	58.387,06	42.403,31	58.387,06			42.403,31	58.387,06
Outros Benefícios Assistenciais	42.403,31	58.387,06	42.403,31	58.387,06			42.403,31	58.387,06
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-						
3- Outras Despesas Correntes	3.557.747,91	2.815.502,45	3.121.241,78	2.708.096,85	436.506,13	107.405,60	3.121.041,78	2.704.256,89
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.063.498,84	3.496.017,22	2.062.123,96	3.446.310,31	1.374,88	49.706,91	2.062.123,96	3.446.310,31
MATERIAL DE CONSUMO	839.445,12	1.287.483,40	620.009,30	1.213.735,05	219.435,82	73.748,35	620.009,30	1.213.735,05
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	355.216,49	384.707,66	309.849,11	382.404,82	45.367,38	2.302,84	309.849,11	382.404,82
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	304.562,56	359.117,69	279.782,96	333.858,55	24.779,60	25.259,14	279.782,96	333.858,55
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.266.160,64	1.687.277,60	2.079.705,81	1.635.694,58	186.454,83	51.583,02	2.079.705,81	1.605.534,30
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.449.051,68	1.910.069,42	2.012.645,55	1.848.040,17	436.406,13	62.029,25	2.012.645,55	1.846.760,98
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	25.543,96	25.523,82	25.543,96	25.415,82		108,00	25.543,96	25.415,82
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	712.245,37	251.372,61	712.245,37	212.538,95		38.833,66	712.245,37	211.978,18
INDENIZACOES E RESTITUICOES	370.906,90	628.536,60	370.806,90	622.101,91	100,00	6.434,69	370.606,90	620.101,91
Totais	3.600.151,22	2.873.889,51	3.163.645,09	2.766.483,91	436.506,13	107.405,60	3.163.445,09	2.762.643,95

Fonte: SIAFI Gerencial

*O pagamento da folha de pagamento de pessoal (salários) é executada diretamente pelo Órgão Central. O valor em tela, trata de outros benefícios assistenciais, como auxílio funeral e outros de menor vulto.

Quadro A.2.8 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação externa - Destaques recebidos

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	1.815.293,21	561.415,89	424.281,72	156.783,22	1.391.011,49	404.632,67	424.281,72	156.783,22
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	3.000,00		3.000,00				3.000,00	
OBRAS E INSTALAÇÕES OP. INT.ORÇ	1.146.751,66		50.590,00		1.096.161,66		50.590,00	
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	665.541,55	561.415,89	370.691,72	156.783,22	294.849,83	404.632,67	370.691,72	156.783,22
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								
Totais	1.815.293,21	561.415,89	424.281,72	156.783,22	1.391.011,49	404.632,67	424.281,72	156.783,22

Fonte: SIAFI Gerencial

Dentre os indicadores demonstrados acima, vemos que a unidade vem contingenciando às despesas correntes na maioria dos elementos. Os aumentos que existiram nos elementos 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ e 339037- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, foram decorrentes de repactuações de contratos em virtude do aumento do salário mínimo, com isso a unidade teve de aumentar os valores do contrato por força da legislação vigente. O valor liquidado no elemento da despesa 339092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, foi decorrente do forte corte orçamentário durante o período eleitoral, que impactou fortemente no orçamento da unidade. Porém com os ajustes necessários no final do exercício de 2011 não houve inscrição de nenhum valor em DEA, embora tenha existido o cancelamento e ajustes de vários contratos.

O aumento dos gastos com investimentos são decorrentes de obras que foram licitadas com a construção da guarita, reforma da quadra de esportes, e reforma da delegacia de Salgueiro para melhorar o combate aos crimes cometido na região do sertão de Pernambuco. Houve ainda compras de centrais telefônicas para melhor gerenciamento das ligações e diminuição dos gastos.

A polícia federal vem construindo indicadores institucionais para aprimoramento de suas ações. Atualmente existem os indicadores das taxas de conclusão e prazo de conclusão de inquéritos, demonstrados nos quadros A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.

Quadro A.2.9 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		79.483,59		79.483,59
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa		7.700,00		7.700,00
Inexigibilidade		7.439,57		7.439,57
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras	77.587,52	342.668,51	77.387,52	342.668,51

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.2.10 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	41.090,66	347.068,97	39.715,78	308.126,70	1.374,88	38.942,27	39.715,78	308.126,70
MATERIAL DE CONSUMO		29.517,44		21.105,50		8.411,94		21.105,50
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	14.500,00	57.550,32	7.971,74	55.247,48	6.528,26	2.302,84	7.971,74	55.247,48
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA		42.598,00		20.974,50		21.623,50		20.974,50
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.		15.764,57		15.139,57		625,00		15.139,57
INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.000,00	20.000,00	29.900,00	13.567,31	100,00	6.432,69	29.700,00	11.567,31
-								

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.11 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	44.080,00	15.864,10		3.130,61	44.080,00	12.733,49		3.130,61

Fonte: SIAFI Gerencial

ITEM 3 - Informações sobre a movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**Quadro A.3.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores****UG 200398**

Restos a Pagar Processados				Valores em R\$ 1,00
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	88.439,83	66.941,29	17.259,34	4.239,20
2009	76.107,92	7.012,07	9.761,89	59.333,96
2008	50.834,09			50.834,09
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.829.366,26	23.387,00	1.505.695,10	300.284,16
2009	2.161.492,51	779.988,22	1.031.714,44	349.789,85
2008	1.582.275,89	2.880,00	629.786,11	949.609,78
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro A.3.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**UG 200399**

Restos a Pagar Processados				Valores em R\$ 1,00
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	74.543,77		74.543,77	-
2009	86.081,63	84.176,22	1.905,41	0,00
2008	185,50	185,50		-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	355.844,93	847,80	306.324,20	48.672,93
2009	432.450,23	373.779,37	57.627,85	1.043,01
2008	121.950,00		121.950,00	-
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

Os restos a pagar descritos na tabela acima são decorrentes de licitações executadas no final do exercício. Ao longo do ano a unidade realizou vários processos licitatórios, principalmente com na modalidade de registro de preços, para aquisições de materiais e equipamentos. Porém recebemos créditos orçamentários para concluir o processo de aquisições no final do exercício. Isso fez com que os fornecedores não tivessem tempo hábil para entregar o material solicitado, o que resultou em um valor expressivo de restos a pagar não processados.

No final dos exercícios de 2009 e 2010 também houve licitações de obras, que: como possuem etapas de conclusão só foram finalizadas no exercício seguinte, isso, também impactou os dados das despesas em restos a pagar.

A Unidade fez um levantamento no ano de 2011 para cancelar os restos a pagar que não seriam realizados no exercício.

ITEM 4 – Informações sobre recursos humanos da unidade**Quadro A.4.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		387*	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.24)		387	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		378	12	32
1.2.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		9	5	
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	
3. Total de Servidores (1+2)		387	17	32

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Não há lotação autorizada nesta descentralizada.

*Dos quais 374 são de servidores ativos permanentes, 13 excedentes de lotação e 9 extra-quadros (anistiados)

Quadro A.4.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4)	1

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4		
2. Funções gratificadas	23	23	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23		
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	27	-	-

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	4	159	137	75	13
1.1. Servidores de Carreira	4	159	137	75	13
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	4	159	137	75	13

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	49	341	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira				14	109	341			
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	49	341	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	211	-
1.1 Voluntária	144	
1.2 Compulsória	-	
1.3 Invalidez Permanente	31	
1.4 Outras	36	
2. Proporcional	31	-
2.1 Voluntária	24	
2.2 Compulsória	-	
2.3 Invalidez Permanente	7	
2.4 Outras	-	
3. Totais (1+2)	242	-

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	81-	-
1.1. Integral	72	
1.2. Proporcional	9	
2. Em Atividade	13	2
3. Total (1+2)	94	2

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício Em R\$ 1,00
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	13	13	13	13	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	13	13	13	13	
2. Nível Médio	32	33	38	37	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	32	33	38	37	
3. Total (1+2)	45	46	51	50	245.389

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total em R\$ 1,00
			Retrib	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenc. e previdenciários			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	60.484.736,91		7.414.332,13	1.637.989,95	1.467.822,63	1.961.126,16	-	117.227,05	73.083.234,83
	2010	62.994.176,08		7.658.132,55	1.872.092,40	1.636.766,67	1.292.991,92	2.535,57		75.456.695,19
	2009	58.883.093,57		7.187.699,65	1.729.742,69	629.185,60	876.689,86	13.142,67		69.319.554,04
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011			65.478,97						65.478,97
	2010			73.151,96						73.151,96
	2009			63.036,90						63.036,90
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011			71.712,03						71.712,03
	2010			73.953,96						73.953,96
	2009			74.832,01						74.832,01

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.4.10 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM PERNAMBUCO													
UG/Gestão: 200398/00001						CNPJ:00.394.494/0033-13							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	011/2008	00.323.090/0001-51	29/10/2008	31/12/2012							P
2010	V	O	003/2010	06.036.457/0001-32	01/01/2010	30/06/2011							E
2011	V	E	003/2011	07.774.050/0001-75	01/07/2011	31/12/2011							E
Observações: Não foi exigido nível de escolaridade dos empregados da contratada.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Setor de Licitações e Contratos

Quadro A.4.11 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM PERNAMBUCO														
UG/Gestão:: 200398/0001							CNPJ: 00.394.494/0033-13							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	1	O	011/2008	00.323.090/0001-51	29/10/2008	31/12/2012								P
2010	3	O	003/2010	06.036.457/0001-32	01/01/2010	30/06/2011								E
2011	3	E	003/2011	07.774.050/0001-75	01/07/2011	31/12/2011								E
2009	5	O	006/2009	01.781.573/0001-62	06/02/2009	06/02/2013			5	5	2	2		P
2011	5	O	007/2011	01.781.573/0001-62	01/12/2011	01/12/2012			2	1				A
2010	6/8	O	012/2010	04.271.959/0001-12	14/09/2010	14/09/2012								P
2010	7	O	013/2010	08.362.490/0001-88	19/09/2010	19/09/2012			26					P
2011	10	O	002/2011	00.323.090/0001-51	02/05/2010	02/05/2012								A
2010	11	O	008/2010	00.323.090/0001-51	02/03/2010	02/03/2012								P
Observações: Nos demais contratos não foi exigido nível de escolaridade.														
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Conservação e Limpeza;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
2. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
3. Vigilância;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
4. Transportes;														
5. Informática;														
6. Copeiragem;														
7. Recepção;														
8. Reprografia;														
9. Telecomunicações;														
10. Manutenção de bens móveis														
11. Manutenção de bens imóveis														
12. Brigadistas														
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
14. Outras														

Fonte: Setor de Licitações e Contratos

Quadro A.4.12 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Durante o ano de 2011, ocorreram 6.934 dias de ausências por LTS, o que representa quase 17 dias de afastamento por servidor no ano.

2 servidores afastados judicialmente para tratamento de saúde.

- Rotatividade (turnover)

Durante o ano de 2011:

a) 21 servidores removidos para o Estado de Pernambuco, Superintendência e Descentralizadas.

b) 19 servidores foram removidos da Superintendência e Descentralizadas.

c) 05 falecimentos, sendo 01 servidor ativo e 04 aposentados .

- Educação Continuada

Não existe informação neste Setor quanto à solicitação e realização de cursos e treinamentos.

- Aposentadoria

21 servidores aposentaram no ano de 2011.

Não houve concurso no ano em referência, aconteceu apenas uma posse derivada de decisão judicial.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

02 processos especiais foram considerados acidente de serviço.

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Quadro A.5.1 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, THIAGO CÉSAR TORRES LEITE, CPF nº 033.388.724-70, Agente Administrativo, com cargo exercido na SR/DPF/PE declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Recife, 19 de março de 2012.



THIAGO CÉSAR TORRES LEITE

CPF nº 033.388.724-70

Agente Administrativo / SR/DPF/PE

ITEM 6 - Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730

Quadro A.6.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	08	08	27
	Entregaram a DBR	07	07	25
	Não cumpriram a obrigação	01	01	02

Fonte: Setor de Recursos Humanos

Para fins de cumprimento à exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, 10 de novembro de 1993, e em atendimento a Portaria Interministerial MPU/CGU nº 298 datada de, 6 de setembro de 2007, comunico que foi divulgada a todos servidores a necessidade de entrega da declaração ou autorização de acesso, através da Mensagem Circular da CRH/DGP/DPF nº 011 de 20.05.2011. Assim como foram cobradas das chefias a época via e-mail.

No ano de 2011 existiam 27 funções comissionadas das quais 8 sofreram alterações.

Até a presente data 25 entregaram a Declaração de Bens e Redimentos e/ou preencheram o formulário de autorização de acesso, nos termos da IN 067/2011-TCU.

Fonte: Setor de Recursos Humanos

ITEM 7 - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Quadro A.7.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: a UJ utilizou a pesquisa qualitativa baseada na observação para analisar e julgar as assertivas apresentadas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SELOG/SR/DPF/PE

ITEM 8 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições e contratações

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<i>Apenas na adoção do papel reciclado</i>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>n/a</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<i>Ainda não é possível avaliar</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<i>Papel reciclável.</i>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<i>n/a</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			x		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<i>Compra de papel reciclado e copos que podem ser reciclados</i>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<i>n/a</i>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	<i>Carbono Neutro</i>				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação
(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<i>(plantio de árvores)</i>
<i>Considerações Gerais:</i> O questionário foi respondido individualmente pelo responsável pelo setor de licitações e contratos, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados	
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

Fonte: NAD/SELOG, CPL

ITEM 9 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

Quadro A.9.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PE	3	3
	RECIFE	2	2
	SALGUEIRO	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fontes: NAD/SR/DPF/EP e <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>

Quadro A.9.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PE	1	1
	CARUARU	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fontes: NAD/SR/DPF/PE e <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>

Quadro A.9.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UJ	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200398	2531.005 25.500-0	Administração Federal Direta	Regular	R\$ 1.732.434,95	04/09/2001	1.732.434,95	-	R\$ 143.587,87
200398	2531.006 97.500-6	Administração Federal Direta	Bom	R\$ 152.369,71	09/08/2001	152.369,71	-	-
200398	2543.000 48.500-0	Administração Federal Direta	Regular	R\$ 497.276,79	25/11/2008	497.276,79	-	-
Total								R\$ 143.587,87

Fontes: NAD/SR/DPF/PE e <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br>

A SR/DPF/PE conta com sedes em três municípios, quais sejam: Recife, Caruaru e Salgueiro. O imóvel onde se localiza a SR/DPF/PE, situado no bairro do Recife Antigo, nesta capital, é um prédio de mais de trinta anos e tem passado por constantes manutenções em diversas áreas.

A delegacia de Caruaru funciona num prédio não integrante do patrimônio da União. Funcionando sob um contrato de locação.

A delegacia de Salgueiro funciona num prédio comprado de uma empresa de telefonia e sofreu adequada reforma para atender as necessidades da Polícia Federal na região do sertão pernambucano, que carecia com urgência de nova sede. Esse prédio ainda encontra-se passando por novas reformas para otimização ao uso policial.

As principais medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis é a realização de manutenção preventiva e reativa nos mesmos para deixá-los em condição de uso. Tal fato decorre da idade dos imóveis.

ITEM 10 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.10.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			x		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	7 servidores e 8 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		x			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	40%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				x	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: A análise dos quesitos foi realizada pelo chefe do NTI/SR/DPF/PE em conjunto com o seu substituto, representando a área de TI no estado de Pernambuco. Nas respostas à quesitação foi considerada a subordinação técnica à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação em Brasília (CGTI) que expede os normativos sobre uso e controle dos recursos de TI no Departamento de Polícia Federal e a aplicação destes à realidade da Superintendência Regional em Pernambuco.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa					

no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Núcleo de Tecnologia da SR/DPF/PE

ITEM 11 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Quadro A.11.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1: 200399		Limite de Utilização da UG: 2.392.000,00			Valores em R\$ 1,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Débora Vanessa Campos Freire	034.339.144-94	8.000,00	1.211,00	3.141,22	4.352,22
Jorge Oliveira de Andrade	149.177.004-00	8.000,00	148	600,55	748,55
Evandro de Andrade Barcelos	932.594.764-15	8.000,00	1.005,00	1.056,69	2.061,69
Jorge Oliveira de Andrade	149.177.004-00	8.000,00		881,15	881,15
Regime Especial de Execução	SR/DPF/PE		269.840	160.087,72	429.927,72
Total utilizado pela UG 200399			284.324,00	171.416,04	455.740,04
Total utilizado pela UG 200398			R\$ 0,00		
Total utilizado pela UJ			284.324,00	171.416,04	455.740,04

Fonte: Núcleo Orçamentário e Financeiro da SR/DPF/PE

Quadro A.11.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (em R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	360	284.324,00	74	171.416,04	455.740,04
2010	537	431.653,00	74	229.818,28	661.471,28
2009	803	566.811,00	165	393.938,10	960.749,10

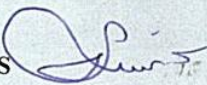
Fonte: Núcleo Orçamentário e Financeiro da SR/DPF/PE

ITEM 12 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

Quadro B.12 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE PE – SR/PE/DPF	200398 - 200399
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200398, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8

Recife (PE), 12 de abril de 2012.

Marlon Jefferson de Almeida
Superintendente Regional